

SUMÁRIO

<i>PREFÁCIO</i>	3
<i>AGRADECIMENTOS</i>	5
<i>INTRODUÇÃO</i>	11
1. CONTRIBUTO PARA A COMPREENSÃO DA RENÚNCIA A DIREITO FUNDAMENTAL	15
1.1 Método empregado	16
1.2 Considerações iniciais	20
1.3 Diferenciação com institutos afins	29
1.3.1 Perda	30
1.3.2 Suspensão.....	33
1.3.3 Limitação e restrição	35
1.3.4 Não-exercício	39
1.3.4.1 Não-exercício em sentido próprio ou abstenção	41
1.3.4.2 Não-exercício em sentido impróprio ou não-exercício como modalidade de exercício	43
1.3.5 Desistência	47
1.4 Dupla dimensão da renúncia	48
1.4.1 Renúncia como exercício	49
1.4.2 Renúncia como auto-restrição, autolimitação ou permissão de interferência.....	53
1.5 Modalidades de renúncia – Renúncia ao direito e ao exercício do direito	55
1.5.1 Distinção entre a renúncia ao exercício e ao direito fundamental.....	56
1.6 Esboço de um conceito de renúncia	58

2. PRESSUPOSTOS E ELEMENTOS DA RENÚNCIA A DIREITO FUNDAMENTAL

2.1 Pressupostos subjetivos

2.1.1 Capacidade	59
2.1.2 Declaração de vontade	63
2.1.2.1 Necessidade de declaração expressa ou inequívoca	65
2.1.2.2 Ausência de coação	66
2.1.2.3 Sanções políticas e coação econômica	70

2.2 Pressupostos objetivos

2.2.1 Disponibilidade e renunciabilidade	76
--	----

2.3 Renúncia em relação a direitos de terceiros

2.3.1 Renúncia direta	84
2.3.2 Renúncia indireta	86

2.4 Elementos da previsão da renúncia a direito fundamental

2.4.1 Legalidade	88
2.4.1.1 Reserva de lei	90
2.4.1.1.1 Medidas provisórias e convênios	94
2.4.1.2 Renúncia e legalidade – Primazia da lei	97
2.4.1.3 Primazia da lei e o direito tributário	101
2.4.1.3.1 “Volenti non fit injuria”	107
2.4.2 O risco da contratualização do direito tributário	110
2.4.3 Revogabilidade	114
2.4.4 Temporalidade	116
2.4.5 Parcialidade	118
2.4.6 Benefício proporcional	120
2.4.6.1 Análise crítica – Cotejo entre situações distintas de renúncias	121

3. LIMITES DA RENÚNCIA A DIREITO FUNDAMENTAL

3.1 Limites absolutos

3.1.1 Conteúdo essencial dos direitos fundamentais	128
3.1.2 Regras constitucionais	133
3.1.2.1 Hipóteses de renúncia expressamente previstas no texto constitucional e Reserva de Constituição	140
3.1.3 Proteções institucionais	144

3.2 Limites relativos

3.2.1 Dignidade da pessoa humana	148
3.2.2 Livre desenvolvimento da personalidade	155
3.2.3 Livre desenvolvimento de atividade profissional ou econômica	159
3.2.4 Segurança jurídica	162
3.2.4.1 “Obedecer seria arriscar-se a ter a pior parte”	165

3.2.5 Violação ao princípio da capacidade contributiva	167
3.3 <i>Análise crítica – As relações especiais de sujeição</i>	168
4. PARÂMETROS PARA O CONTROLE DA RENÚNCIA	175
4.1 <i>Proporcionalidade</i>	176
4.1.1 <i>Adequação</i>	179
4.1.2 <i>Necessidade</i>	180
4.1.3 <i>Proporcionalidade em sentido estrito</i>	181
4.2 <i>Proibição de excesso e proibição de proteção insuficiente</i>	182
4.3 <i>Razoabilidade</i>	
4.3.1 <i>Razoabilidade como equivalência</i>	187
4.4 <i>Análise crítica: os parcelamentos fiscais e o art. 5º, inc. XXXV, da CF/1988</i>	188
4.4.1 <i>Confissão não “cria” tributo</i>	195
CONCLUSÕES	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205
JURISPRUDÊNCIA REFERIDA	220